



JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

Av. Irmãos Pereira, nº 1.390 - Bairro Centro - CEP 87300-010 - Campo Mourão - PR - www.jfpr.jus.br

PORTARIA Nº 1317/2020

Flexibilização e ajustamento de procedimentos locais de cumprimento e distribuição de mandados em consonância com as diretrizes instituídas pela Recomendação nº 5303587, de 30/09/2020, da Corregedoria da Justiça Federal do Tribunal Regional da 4ª Região, frente às particularidades desta Subseção Judiciária e da necessidade de alinhamento com os esforços instituídos por políticas públicas dos Governos do Estado do Paraná e do Município de Campo Mourão para o enfrentamento da pandemia de COVID- 19.

O Juiz Coordenador da Central de Mandados de Campo Mourão, Doutor Wesley Schneider Collyer, no uso de suas atribuições e conforme item 16 da Recomendação nº 5303587, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, de 30/09/2020,

CONSIDERANDO

A necessidade de assegurar a manutenção dos serviços essenciais conciliada com a manutenção de trabalho presencial para executar procedimentos de urgência (Resolução nº313/2020-CNJ);

A disponibilidade de recursos tecnológicos internos e externos de apoio à prestação de serviços jurisdicionais pela Central de Mandados de Campo Mourão e os disponibilizados para a proteção a riscos de contaminação ao longo da pandemia de COVID-19 (Resolução nº313/2020-CNJ);

A necessidade de busca de soluções colaborativas para realização de atos processuais que não impliquem no restabelecimento pleno de expediente presencial, sem prévia mitigação de impossibilidades técnicas ou de ordem prática (Resolução nº 313/2020-CNJ, Art. 6º);

A necessidade de contemplar as especificidades das atividades dos oficiais de justiça frente às diretrizes institucionais emanadas do Sistema Judiciário, da Justiça Federal, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região, e da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná frente às regras de circulação sobre critérios de distanciamento social emanadas dos Governos Estadual e Municipal;

A necessidade de implementar ações imediatas de redução de mobilidade, em razão do incremento do número de casos confirmados de Covid-19 na área de atuação da Ceman de Campo Mourão, conforme referido na Decisão 5379625, item 3, do Juiz Federal Diretor do Foro de Curitiba;

Resolve que:

Art. 1º Nos mandados que estão em cumprimento presencial e que não se enquadrem como de "Plantão" (art. 238, "a", Provimento nº 62/2017), diante da impossibilidade de serem cumpridos, parcial ou totalmente, mesmo depois de esgotados os meios virtuais ao alcance, deverá o Oficial de Justiça:

I – Elaborar certidão circunstanciada sobre as tentativas frustradas de cumprimento presencial até a data de entrada em vigência da presente, informando que o mandado se encontra com o cumprimento suspenso por prazo indeterminado, e mantendo o mandado para continuidade do cumprimento quando houver a retomada de diligências presenciais.

a) A certidão parcial deverá ser elaborada em até 10 dias da publicação da presente e servirá de meio para levar a conhecimento interno e externo quanto ao estado atual do cumprimento do mandado.

Art. 2º Suspender as atividades presenciais para cumprimento de mandados, previstas no Plano de Trabalho firmado entre o Juiz Coordenador da Central de Mandados, a Supervisora da Central de Mandados e pelos Oficiais de Justiça de Campo Mourão, em 29/10/2020, salvo aquelas em caráter de plantão e urgentes, e

determinar que aqueles Oficiais de Justiça que vinham cumprindo mandados presencialmente retomem as atividades de cumprimento virtual de mandados, na forma da Recomendação 5169736, de 15/06/20, da Corregedoria Regional da 4ª Região.

Art. 3º Esta Portaria passa a vigorar a partir de 01/12/2020 e manterá sua vigência até determinação em contrário.

Art. 4º Sejam comunicados desta Portaria a Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, as Varas Federais e os Oficiais de Justiça vinculados à Central de Mandados de Curitiba.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Schneider Collyer, JUIZ FEDERAL**, em 30/11/2020, às 20:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5386326** e o código CRC **ADBF55FA**.